

# Diminuir o custo da dívida, uma das metas

por Cecília Costa  
do Rio

Deixar de pagar taxas de juros internacionais reais de 4% ao ano será uma das metas do governo brasileiro na próxima negociação com os bancos credores, segundo informou o economista Paulo Nogueira Baptista Júnior, assessor do ministro da Fazenda para assuntos de dívida externa, ao realizar ontem à noite conferência sobre dívida e suspensão dos pagamentos no Clube de Economistas.

"O item juros é um dos pontos principais da próxima negociação. Não há condições de o País pagar taxas reais de 4% ao ano e arcar com taxas de risco ("spreads") médias de 2%. Temos que diminuir o custo total da dívida", comentou, tendo se recusado, porém, a entrar em detalhes quanto a qual será a proposta brasileira na mesa de negociações para viabilizar essa redução.

## TRANSFERÊNCIA

Paulo Nogueira Baptista Júnior só fala em termos genéricos a respeito da proposta que será apresentada aos credores. Lembrou que pretende possibilitar que a partir de 1988 o País volte a apresentar taxas de crescimento econômico em torno de 7% ao ano e objetiva, principalmente, reduzir as transferências líquidas de recursos para o exterior para no máximo, 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), como já afirmou várias vezes o ministro Dilson Funaro. Esses 2,5% representam 10 a 12% da poupança interna, percentual, portanto, bem inferior aos 22% da poupança transferidos ao longo de 1985 e 1986 (US\$ 24 bilhões nesses dois anos).

Ainda sobre a transferência de recursos para os países desenvolvidos, ponto central da conferência, o economista observou que o dado de enviar para o exterior 4 a 5% ao ano já havia se tornado uma informação desgastada, mas era de extrema importância política e econômica. "Isso significa que desde 1983 enviamos mais do que o dobro do que foi transferido pela Alemanha Ocidental a seus credores, de 1925 a 1932, 2% do

PIB alemão — e que fez com que esse País enfrentasse hiperinflação, recessão e uma desestabilização política que acarretou o fim da República de Weimar e a ascensão do nazismo", frisou.

## FMISERIA CAPITULAÇÃO

Sobre o relacionamento do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, diante de várias perguntas feitas pelo auditório no sentido de que o País voltaria a recorrer ao FMI, Baptista Júnior mais de uma vez descartou totalmente essa hipótese, tendo afirmado que representaria uma capitulação do governo Sarney diante da atitude adotada desde 1985, que foi exatamente a de recusar qualquer compromisso com o FMI que resultasse em plano recessivo. "E não existe essa história de que hoje o FMI é mais brando e flexível. O FMI dos anos 80 é o mesmo dos anos 50, ou seja, continua a exigir planos de estabilização que só visam à apresentação de superávits comerciais e ao interesse dos países e bancos credores."

Por outro lado, destacou, se o Brasil fosse ao FMI, não teria suspendido o pagamento dos juros da dívida, adotando medida que deve ser vista como um marco histórico nas relações internacionais e que já vem auxiliando os outros países da América Latina a obter condições melhores em suas negociações da dívida externa.

A atitude brasileira, disse ainda Baptista Júnior, tem sido mal compreendida internamente, pois não existe nenhum ponto de comparação entre o que ocorreu no dia 20 de fevereiro e o não-pagamento de juros em 1983, "época em que o governo brasileiro ainda estava preocupado em evitar o prazo fatal dos noventa dias e negociava nova carta de intenções com o FMI".

Ele espera, no entanto, que o mal-entendido acabe e que o presidente Sarney consiga apoio popular, pois "somente se houver apoio interno, será possível obter um bom resultado nas próximas negociações", afirmou.